



***A cidade como questão: saberes e práticas em disputa nas propostas de “melhoramentos urbanos” para São Paulo (1890-1910)***

RAQUEL OLIVEIRA JORDAN\*

A configuração do urbanismo como campo disciplinar e operativo na cidade é recente. Muitos pesquisadores enfatizam sua construção com pretensões científicas a partir da segunda metade do século XIX. A problematização da cidade a partir de saberes especializados como a medicina, economia e engenharia irá reduzir a cidade em dados técnicos como discute François Béguin, no artigo “*As maquinarias inglesas do conforto*” (1977). Vinculadas a uma perspectiva de que ao se transformar o espaço essas ações teriam um impacto decisivo na formação dos habitantes, constituindo-se “como um novo domínio de intervenção política”. O entendimento sobre as crises urbanas como um problema controlável pelos saberes científicos irá buscar intervir na cidade através de “mega-aparelhos urbanos”, operando os seus diversos fluxos (água corrente, energia, gás) e ampliando de forma “insidiosa” o controle do poder público ao indivíduo e suas relações (BÉGUIN, 1991: 39-54).

Na passagem do século XIX para o XX, as transformações das cidades, aumento de publicações técnicas, trânsito de profissionais especialistas nas questões urbanas e a percepção por estes agentes da necessidade de definição de conceitos e instrumentos de um campo cada vez mais amplo, são entendidos como indicativos de um fenômeno de “internacionalização” do debate urbanístico, capaz de “organizar circunstâncias propícias para comparações e trocas”. Configura-se, assim, segundo alguns pesquisadores como um campo de conhecimentos compartilhados, constantemente transformados pela sua circulação, distintas mobilizações e debates em locais e situações também diversas (SECCHI, 2006: 46-47; CALABI, 2012: xix-xxxi).

A partir do final da década de 1970, nos estudos voltados às intervenções urbanas realizadas em São Paulo nota-se um esforço pela definição do conhecimento acerca da emergência da disciplina. De caráter interdisciplinar enfatizam disputas, variados interesses e a necessária ligação dos agentes com os poderes públicos na consolidação desse campo do saber e as ações que promove na cidade. No entanto, nos variados trabalhos sobre as transformações urbanas realizadas na década de 1910, privilegiou-se abordagens voltadas às

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.



propostas com repercussões diretas nestas ações, dotando ao amplo debate que as envolveu ora um papel negativo, ora secundário. Bem como, a seleção dos “melhoramentos” em debate, em muitos casos, acompanhou a narrativa elaborada por parte dos agentes envolvidos.

A variedade de “planos de melhoramentos” e o solo tenso dessa disputa, permite problematizar recorrentes interpretações sobre esta produção técnica como resultado de “importação” ou “influência” de “modelos” de transformação de cidades estrangeiras. Uma mera questão de nomenclatura? Haveria nesta forma de análise implicações para além da construção de narrativas sobre a cidade e o urbanismo?

Uma maneira de abordar estas questões remete à análise dos referenciais técnicos mobilizados pelos agentes em suas propostas para a cidade, investigando o debate de conceitos e experiências de transformação urbana. Apesar da relevância desta abordagem, proponho discutir a importância de adentrar a trama dos debates e argumentações em torno da disputa pela elaboração de um “plano de melhoramentos” para a área central da cidade, pelo entendimento destes debates como constitutivos de um conhecimento especializado sobre questões urbanas em construção.<sup>1</sup>

### **Planos e projetos para São Paulo: um momento para “*obras de importância fora do comum*”**

*Se para dar conselhos técnicos sobre os melhoramentos da capital, é necessária a presença do sr. Bouvard, parece-nos logico aconselhar ao Governo do Estado que se dispense do luxo de manter uma escola superior de Engenharia, de Arquitetura e de Industria.*

Alexandre de Albuquerque<sup>2</sup>

A ideia de transformar a parte central da cidade através de um instrumento técnico como um “*plano de melhoramentos*” converteu-se em uma polêmica, como pode indicar o

---

<sup>1</sup> Destaco o artigo de Angelo Bertoni para uma análise dos referenciais mobilizados por Victor Freire no debate de propostas do período. BERTONI, Angelo. A engenharia sanitária a serviço do urbanismo: a contribuição de Saturnino de Brito e Victor da Silva Freire para a construção dos saberes urbanos. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), São Carlos, n. 22, p. 74-83, dec. 2016. ISSN 1984-4506.

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE, Alexandre de. As grandes avenidas e os melhoramentos. **Revista de Engenharia**, São Paulo, vol.1, n.2, 11 jul. 1911, p.45.



trecho de Alexandre de Albuquerque, engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica em 1905 e autor de uma destas propostas.

Publicado dois meses após a divulgação do relatório de Joseph-Antoine Bouvard, pretendido como proposta definitiva pelos poderes públicos municipais, o artigo de Albuquerque faz parte de uma série da *Revista de Engenharia*.<sup>3</sup> Proposto como uma espécie de “*arquivo dos estudos e discussões técnicas*”, além deste artigo de Albuquerque a revista publica entre julho e setembro de 1911 “*plantas*” e propostas apresentadas por Albuquerque, Victor Freire e Eugéne Guilhem, Samuel das Neves e Bouvard, dispendo-os em ordem cronológica de apresentação nas esferas públicas. Seleção constantemente reiterada na bibliografia voltada à esta produção técnica.

Uma leitura sobre estas propostas indica divergências notáveis entre os agentes dos campos da arquitetura e engenharia, bem como a seleção e disposição prévia de propostas sugerem existir neste momento disputas de questões mais amplas do que a definição de um plano. Procuo acompanhar no debate que envolveu estes agentes, esferas públicas, jornais diários e revistas especializadas, como áreas da cidade são problematizadas e quais instrumentos técnicos são aventados como soluções e possibilidades. Neste período são debatidas propostas de Adolpho Augusto Pinto (1890 e 1912), Augusto Carlos da Silva Telles (1907), Victor da Silva Freire e Eugene Guilhem (1910-1911), Alexandre Albuquerque (1911), Samuel Augusto das Neves (1911) e Joseph-Antoine Bouvard (1911).<sup>4</sup>

Publicada em 1907 por Augusto Carlos da Silva Telles, engenheiro civil desde 1878 pela Escola Central do Rio de Janeiro, posteriormente Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sua proposta alia preocupações estéticas, a melhora da circulação na cidade com a

---

<sup>3</sup> A Revista de Engenharia lançada em junho de 1911 se propunha desde o primeiro número como veículo para circulação e comunicação de profissionais e obras especializadas nas áreas de Engenharia Civil e Industrial, Arquitetura e Agronomia. Contava com a colaboração de distintos profissionais como o próprio Alexandre de Albuquerque, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, entre outros.

<sup>4</sup> Embora não abordado neste artigo, importa frisar a existência de um debate de propostas na década anterior. Em 1890 Adolpho Augusto Pinto publica uma série de sete artigos no jornal diário “O Correio Paulistano” apresentando uma proposta de um “plano de conjunto” de melhoramentos “municipais”, e em 1896 a Câmara Municipal de São Paulo aprova um projeto do vereador José Mendes Gonçalves permitindo a elaboração pela Intendência de Obras de um “plano geral de melhoramentos”. Presentes em ambas iniciativas uma avaliação negativa do crescimento da cidade “sem método” de acordo com Adolpho Pinto e, “com prejuízo ao patrimônio da Câmara” segundo o projeto de lei por Mendes Gonçalves. PINTO, Adolpho Augusto. Melhoramentos municipais. *Correio Paulistano*, São Paulo, sexta-feira, 24 de janeiro de 1890, p.1.; Atas das Sessões da Câmara da Cidade de São Paulo, 1896. São Paulo: [s.n.], v.81.; Além destas propostas, é possível notar no período a existência de diversas propostas pontuais de “melhoramentos”, como pode ser notado em HERENÚ, Pablo E. R. Sentidos do Anhangabaú. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura). FAU-USP, São Paulo, 2007.



necessidade de prever seu crescimento. O vereador e lente catedrático da Escola Politécnica de São Paulo desde 1898, indica como problemas urbanos a ocorrência de “monstruosidades” de teor estético e higiênico na abertura de novos arruamentos e edificações, bem como são apontados limites na circulação e crescimento da área central da cidade. Provocados segundo o engenheiro pela ausência de um “plano” orientador da recente expansão urbana, com dimensões “*surpreendentes*” tanto no número de habitantes como no crescimento das construções, numa média de “*quatro casas por dia*”.

Incluía indicações de “*melhoramentos*” pontuais que buscou implantar na Câmara Municipal em anos anteriores, como o alargamento da Avenida Libero Badaró e o ajardinamento do vale do Anhangabaú, percebido como uma maneira de formar um “*sítio encantador*”. Assim, a transformação da cidade através de um “*plano de conjunto*” das necessidades atuais e o estudo de um “*plano*” para o controle do seu “*ampliamento*” é apresentada por Silva Telles também como uma oportunidade para atribuir à cidade “*características de uma grande*” capital.<sup>5</sup>

Entre março de 1909 e outubro de 1910 é debatido na Câmara Municipal outro projeto de Silva Telles autorizando além da continuação do levantamento da “*planta cadastral da cidade*”, a realização de um concurso público para elaboração de um “*plano geral de melhoramentos*” da cidade atual e “*ampliada*”. Partindo de uma mesma problematização da expansão urbana, “*sem o menor plano*” e obedecendo apenas ao interesse dos proprietários, a ideia de transformar a cidade a partir de um plano incluía neste projeto uma dupla exigência: o levantamento prévio do cadastro de propriedades públicas e particulares e um concurso de “*planos de melhoramentos*” feitos por um especialista de “*reconhecida capacidade*”.

Embora a realização do concurso tenha sido retirada da redação final do projeto, esta dupla exigência adquire centralidade nestes debates, contrapondo adeptos de um plano por um único especialista advindo ora da arquitetura, ora da engenharia, com os organizados por uma comissão técnica e as iniciativas particulares.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Os melhoramentos de São Paulo**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1907.

<sup>6</sup> Aprovado pela lei n.1355 em 7 de outubro do mesmo ano. SÃO PAULO (cidade). Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1909. São Paulo: [s.n.t], 1909, p.57; SÃO PAULO (cidade). Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1910. São Paulo: [s.n.t], 1910. p. 232-233.



Outra proposta, dirigida na forma de petição às esferas governamentais em 14 de novembro de 1910 por um grupo de profissionais e empresários, ficou a cargo de Alexandre de Albuquerque.<sup>7</sup> Como Silva Telles, além de soluções aos problemas urbanos a proposta de Albuquerque indicava oportunidades para a cidade. Articula como justificativas a sua proposta a percepção de que a cidade às vésperas da comemoração do seu centenário de Independência não oferecia ao “*estrangeiro nenhum cunho de originalidade*”, aliada à noção da existência de uma crise de circulação entre a área central histórica da cidade e os novos bairros em expansão.

Acompanhado de uma “*planta*” com o desenho das transformações projetadas, constituía-se em um “*projeto de grandes avenidas*”, pretendidas em “*harmonia*” com “*diversos projetos sugeridos em várias épocas*”. Evitando contrapor as demais propostas em debate no período, propunha “*sem perder o caráter original*” da cidade, revelar “*o cunho da época atual*”. Assim, deslocadas da valorizada área central da cidade, as longas e largas avenidas além de propor a ligação da estação ferroviária na região da Luz com novos bairros na região oeste, formavam uma praça em seu entrecruzamento, cujo centro destinava-se à elevação de um monumento “*alusivo à cidade e ao Estado*”.

Victor da Silva Freire e Eugene Guilhem, diretor e vice-diretor da Diretoria de Obras Municipais, setor assim denominado em 1900, apresentam sua proposta em um relatório ao Prefeito Raimundo Duprat em dezembro de 1910.<sup>8</sup> Propõem um “*projeto*” para ser realizado no “*período de 3 a 4 anos*”. Limitado à área central incluía três “*plantas*” com indicações das transformações sugeridas. Além de propor soluções à crise de circulação, indicavam o aproveitamento do vale do Anhangabaú como forma de criar nesta parte da cidade “*um logradouro de aspecto característico e original*”, também previsto na proposta de Silva Telles.

---

<sup>7</sup> O grupo que se associa para apresentar a proposta assinada por Alexandre Albuquerque contava além do principal arquiteto atuante na cidade nesse período, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, figuras como o Conde de Prates, principal proprietário nas ruas consideradas pelos “melhoramentos” projetados pela Prefeitura Municipal, Plínio da Silva Prado, José Nogueira Paulino, José Martiniano Rodrigues Alves, Nicolau de Souza Queiroz, Barão de Bocaina, Horácio Belfort Sabino e Sylvio de Campos. ALBUQUERQUE, Alexandre de. **As novas avenidas de São Paulo**. São Paulo, Casa Vanorden, 1910.

<sup>8</sup> Na lei n. 374 de 29 de novembro de 1898, que organizou o poder executivo municipal foi criada a “Seção de Obras” subordinada ao recém-criado cargo de Prefeito. Guarda estreita relação com a Intendência de Obras, criada em 1890 no início do período republicano, e subordinada à Câmara Municipal. A Diretoria de Obras Municipais foi institucionalizada sob esta denominação em 1900, pela lei n. 491 de 20 de outubro. Sobre a estrutura administrativa do período, ver: BARROS, Liliane Schrank Lehmann de; MOIZO, Rosana Pires Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo (1554-1954). **Rev. Arq. Mun.** São Paulo: DPH, v. 199, 1991, p. 11-44.



Somam-se à proposta da municipalidade uma comunicação de Freire na Escola Politécnica em 15 de fevereiro de 1911, instituição na qual era lente desde 1897. Para o engenheiro-civil, diplomado em 1891 pela École de Ponts et Chaussées de Paris, “um salto brusco” no crescimento da cidade, no seu número de habitantes, edificações e volume do tráfego nas áreas centrais são tidos como responsáveis tanto por “monstruosidades” na forma da cidade, nos limites à sua expansão como na oportunidade para a realização de “obras de importância fora do comum”.<sup>9</sup>

A transformação da cidade a partir de um “*plano de melhoramentos*” elaborado por um único profissional adquire novos contornos pela defesa de sua formulação como uma “*obra de arte*”. Citando o arquiteto austríaco Camillo Sitte, Freire propõe que “*uma planta de cidade*” não pode ser considerada como uma “*simples operação de viabilidade*”, pois assim como uma “*sinfonia*” não pode ser criada por “*comissões ou repartições*”, um plano para a cidade sob o ponto de vista estético necessitaria de um profissional com notória “*competência e sentimento artístico*”. Algo que de acordo com Freire estaria ausente tanto da proposta da Diretoria de Obras Municipais por ele gerida, quanto da proposta do governo do Estado, criticada pelo engenheiro por representar uma “*cópia irrefletida*” das transformações urbanas realizadas em Paris.<sup>10</sup>

A partir destas observações sugere a contratação de um arquiteto de reconhecida competência, a exemplo da contratação do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard pela municipalidade de Buenos Aires.<sup>11</sup>

A proposta do governo do Estado foi encomendada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a Samuel Augusto das Neves, engenheiro agrônomo diplomado em 1882 pela Imperial Escola Agrícola da Bahia. Com a exigência de um acordo mútuo entre a municipalidade e o governo estadual na destinação orçamentária para a realização dos “*melhoramentos*”, através da lei n. 1.245 do orçamento estadual de 30 de

---

<sup>9</sup> SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. **Melhoramentos do centro da cidade de São Paulo**: projecto apresentado pela Prefeitura Municipal. São Paulo, Brazil de Rothschild & Cia, 1911.; FREIRE, Victor da Silva. Melhoramentos de S. Paulo. **Revista Polytechnica**. São Paulo, v.6, n.33, 91-145, fev.-mar., 1911.

<sup>10</sup> FREIRE, Victor da Silva. Op. Cit. p. 123.

<sup>11</sup> Uma nota é acrescentada na edição da Revista Politécnica que publicou essa comunicação de Freire. No trecho sobre a orientação da contratação de um arquiteto de “notória competência”, indicou-se que a contratação de Bouvard já havia sido aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo. Sobre os “melhoramentos urbanos” em debate neste período a revista publicará apenas mais um artigo, de Samuel das Neves, sobre a arquitetura elaborada para os prédios do Conde de Prates na parte transformada do Vale do Anhangabaú. FREIRE, Victor da Silva. Op. Cit. p. 123.



dezembro de 1910, a apresentação desta proposta provoca um embate entre os poderes municipais e estaduais pela autoridade na concessão e direção de obras desse porte na capital.

A proposta de Samuel das Neves foi registrada em um artigo no jornal *O Correio Paulistano* e no relatório de 1910-1911 da Secretária de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.<sup>12</sup> Assim como nas demais propostas permeiam no relatório de Pádua Salles, diretor desta secretaria, e na proposta de Neves a avaliação de que a “*intensidade de vida e progresso de São Paulo exigiam*” transformações e melhoramentos. A partir de estudos para a feitura de uma “*planta*” com o “*cadastro*” da área central da cidade, Samuel das Neves, propõe um “*projeto*”, incluindo uma “*planta*” com um conjunto de intervenções viárias como forma de solucionar o problema do trânsito nesta parte da cidade.

Ao contrário das propostas de Silva Telles e Freire-Guilhem, propõe a “*transformação do vale do Anhangabaú em avenida central*”, sinalizando acordos com proprietários desta parte da cidade, como o Conde de Prates, para a reconstrução de seus edifícios “*em harmonia com o plano geral*”. Importa notar que a proposta de transformar o vale do Anhangabaú em uma avenida central já havia sido apresentada por Adolpho Augusto Pinto em artigos sobre os “*melhoramentos municipais*” no jornal *Correio Paulistano*, em 26 de janeiro de 1890.<sup>13</sup>

Como forma de solucionar essa disputa, a Câmara Municipal aprova um projeto do vereador Alcântara Machado autorizando o prefeito a contratar Joseph-Antoine Bouvard, citado na comunicação de Victor Freire e em passagem pelo Brasil nesse período. Resultante deste contrato, uma quinta proposta é apresentada por Bouvard, arquiteto francês diplomado pela *École des Beaux Arts* em Paris, em um reduzido relatório encaminhado ao prefeito em 15 de maio de 1911, traduzida e entregue aos vereadores três dias depois, contendo sete indicações e suas respectivas plantas.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Samuel das Neves também atuava em seu Escritório Técnico de construções, tendo como cliente o Conde de Prates, principal proprietário na área central da cidade. MELHORAMENTOS da Capital. O projecto do Governo do Estado sob a direção da Directoria de Obras Publicas e a cargo do engenheiro Samuel das Neves. **Correio Paulistano**. São Paulo, 23 jan. 1911, p.3.; SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins, Presidente do Estado, pelo Dr. Antonio de Pádua Salles, Secretário da Agricultura, 1910-1911. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild, 1912. p. 203-205.

<sup>13</sup> Melhoramentos Municipaes. **O Correio Paulistano**, São Paulo, p.1, 26 jan. 1890.

<sup>14</sup> Joseph-Antoine Bouvard ocupava nesse período o prestigiado cargo de Diretor honorário dos Serviços de Arquitetura, Passeios, Viação e Plano da cidade de Paris, obtido através de sua experiência com o arquiteto Adolphe Alphand na remodelação de Paris na gestão do prefeito Haussmann. Sua visita ao Brasil é mediada por um grupo de financistas franceses interessados na prestação de serviços de infraestrutura urbana. No período também compôs o corpo de acionistas da Companhia City de São Paulo, responsável pela abertura de novos



Após o “exame” do “terreno”, do “*movimento comercial e a intensidade de circulação dos diferentes bairros*” para Bouvard uma expansão “exagerada” da cidade contribuía em “*grande prejuízo das finanças municipais*” pela maior ocupação de áreas com acesso facilitado. Para o arquiteto, o “*programa de ação*” a ser realizado pela Prefeitura Municipal deveria partir do preenchimento “*dos claros*”, realizando obras que facilitassem o acesso a estas áreas sem ocupação. Sugere como solução a estas questões a transformação da cidade a partir de um “*plano de conjunto dos melhoramentos*” para o presente e um “*plano geral de melhoramentos*” assegurando o seu “*desenvolvimento natural*”. Além de facilitar o acesso às áreas de difícil ocupação, estes “*melhoramentos*” se propunham como forma de conservar o “*caráter histórico*” e “*pitoresco*” da cidade, opção também percebida em Victor Freire na defesa de um “*plano de melhoramentos*” como uma obra de arte.

Apesar da aprovação e da votação de dispositivos legais pela Câmara Municipal para a realização de parte das transformações projetadas, o debate em torno de um projeto de “*melhoramentos urbanos*” continuou ativo.<sup>15</sup> Em novembro de 1912, circula em diversos artigos no jornal *O Estado de São Paulo* uma nova proposta de “*melhoramentos*” apresentada por Adolpho Augusto Pinto, engenheiro civil pela Escola Central do Rio de Janeiro em 1879, posteriormente Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Embora não fizesse parte do quadro de profissionais da Escola Politécnica de São Paulo, ocupava desde 1888 o prestigioso cargo de chefe do Escritório Central e engenheiro auxiliar da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

De acordo com o engenheiro os “*melhoramentos realizados ou em via de realização*” não contemplavam a organização de um “*plano geral de obras de previsão*”. Mais do que resolver as exigências da cidade atual, para Adolpho Pinto os esforços dos poderes públicos deveriam concentrar-se em “*prever*” as necessidades da cidade “*de amanhã*”, de forma que no prazo de uma década a cidade pudesse ser “*a metrópole intelectual e econômica da mais extensa, da mais rica, da mais futura região do Brasil*”.

---

bairros na cidade. O projeto n.20 para a contratação de Bouvard é aprovado por todos os vereadores em 17 de março de 1911. SÃO PAULO (cidade). Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1911. São Paulo: [s.n], 1911. p.115-117.; DUPRAT, Raymundo da Silva. Ofício, de 19 de maio de 1911. Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo. OF0002-1911.

<sup>15</sup> Nos ementários de leis municipais e nos debates nos Anais da Câmara Municipal foram localizados nove dispositivos relativos a proposta de Bouvard. SÃO PAULO (cidade). **Ementário da legislação municipal**: Leis. São Paulo, DAMU, 1971.



Além destas observações, a proximidade das comemorações do centenário da independência do Brasil possibilitava para o engenheiro uma oportunidade para obras de caráter monumental em termos estéticos, de forma a preparar na cidade o “cenário” destas comemorações. Para Adolpho Pinto, uma das características da cidade era ser “*uma terra de imigração*”, representando um “perigo” para a “*permanência e estabilidade*” dos “*caracteres psicológicos da nossa raça*”. Assim, de forma distinta das demais propostas, estabelece uma centralidade na edificação de monumentos como forma de “cultivar” e “preservar” estes “caracteres”, localizando os “*melhoramentos*” projetados nos terrenos considerados históricos como a região do rio Tietê, a área central da cidade e a “*colina sagrada*” na região do Ipiranga.<sup>16</sup>

A partir destes apontamentos pode-se sugerir que neste período, pertencer a um meio especializado em questões urbanas não necessariamente implicava em uma concordância da melhor técnica para solucionar os problemas da cidade. A exemplo da variedade de propostas em disputa pode-se perceber que a ideia de transformar a cidade a partir de um instrumento técnico não constituiu uma forma unânime, oscilando entre um “plano de conjunto”, “um plano de expansão” ou mesmo um “projeto”, sugerindo a impossibilidade da ocorrência de um processo linear, ausente de conflitos, tanto na definição destes “melhoramentos” como na institucionalização de um saber técnico sobre questões urbanas.

No entanto, neste momento, a proposição de um instrumento capaz de ampliar espaços de atuação do poder público contemplando um conjunto de obras a realizar adquire centralidade. No centro da disputa a transformação da cidade é polemizada pelo embate entre defensores de princípios técnicos distintos, como a preocupação com o caráter estético, a transformação da capacidade de circulação e a previsão ou o controle do crescimento da cidade.

Por fim, a variedade de propostas de “planos de melhoramentos” e o solo tenso dessa disputa, com divergências notáveis entre os agentes, permite problematizar recorrentes

---

<sup>16</sup> Apesar da proposta de Alexandre de Albuquerque sugerir a elevação de um monumento complementar à projeção de suas avenidas, Adolpho Pinto previa uma leitura da cidade a partir destes monumentos. Para tanto, elege quatro “*marcos miliários da nossa evolução*” a serem lembrados ao longo dos “melhoramentos” projetados para São Paulo: “*A fundação da cidade, a epopeia bandeirante, Sete de Setembro e o Quinze de Novembro*”. Adolpho Pinto publica esta nova proposta no jornal “O Estado de São Paulo” em doze artigos entre 12 e 24 novembro, reunidos no mesmo ano em uma publicação avulsa. PINTO, Adolpho Augusto. **A transformação e o embelezamento de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho, 1912. p. 36.



interpretações sobre esta produção técnica como resultado de “importação” ou “influência” de “modelos” de transformação de cidades estrangeiras.

### **Melhoramentos urbanos no “novo mundo”: narrativas civilizatórias e deslocamentos**

Advindos da arquitetura e do urbanismo, Cândido Malta Campos e Cristina Leme optaram pela narrativa historiográfica como forma de interpretar o saber urbanístico em construção e as propostas e planos de transformação urbana. Campos em *“Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo”* (2002), constrói sua narrativa de modo predominante a partir do paradigma da “importação” de ideias e “modelos” urbanísticos de cidades estrangeiras.<sup>17</sup> Para o autor a exemplo da “modernização política” a partir da instituição do regime republicano, teria ocorrido no Brasil e, de forma particular em São Paulo, também uma modernização urbana “incompleta”. As “ideias” e “modelos” de cidades e de urbanismo “importados” de acordo com Campos, assim como os ideais políticos do sistema Republicano “importados” de nações estrangeiras, não seriam em sua totalidade compatíveis com a sociedade brasileira marcada pelo atraso socioeconômico e pelo recém extinto regime de escravidão.

As figuras do “atraso” e da “incompletude” permeiam a análise de Campos sobre as propostas de “melhoramentos urbanos” em disputa na cidade de São Paulo, levando-o a identificar a existência de duas vertentes atuantes no período, uma “importadora” e outra “produtiva e exportadora”. Para o autor, coexistiriam no período iniciativas de transformação urbana “dependentes” de “modelos” estrangeiros, a exemplo das “Grandes Avenidas” projetadas por Alexandre de Albuquerque pela referência direta às transformações realizadas em Paris sob direção do prefeito Haussmann, com iniciativas mais “autônomas” como a proposta de Victor da Silva Freire no mesmo período, considerada “mais atualizada” e “adaptada à cidade”.<sup>18</sup>

Apesar de “mais autônomo”, de acordo com o autor as capacidades de progresso e de “transformação social” identificadas nos “modelos” de “melhoramentos urbanos” europeus,

<sup>17</sup> CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p. 188-189. [2º. Capítulo, “A importação da cidade moderna”].

<sup>18</sup> Como discute Donatella Calabi, a capacidade demonstrada por Paris em realizar rapidamente grandes transformações conservando traços da fisionomia da cidade no período da gestão do Prefeito Georges-Eugène Haussmann, contribuíram para que esta cidade fosse percebida na época como um dos maiores emblemas da modernidade. CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares**. Trad. Marisa Barda; Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos; 295). p. 168-176.



seriam inatingíveis em São Paulo, uma vez que os diversos debates envolvendo as propostas, os conflitos políticos, interesses comerciais e um processo de “modernização excludente” configuraram “visões parciais” destes “modelos”, resultando em propostas inadequadas à pressuposta realidade social do período.

Cristina Leme em *“Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional”* (2000) parte de uma matriz interpretativa baseada na “circulação” de ideias, “modelos” e experiências estrangeiras, para compor sua análise voltada ao urbanismo em formação na cidade de São Paulo, destacando-o como prática profissional e de ensino estreitamente ligada ao estado. Além da estrutura estatal, a circulação de publicações e principalmente a presença de urbanistas estrangeiros são indicados pela autora como fatores para o fomento da disciplina.

Parte importante de sua pesquisa, cujo recorte abarca o arco temporal do final do século XIX até a década de 1950, centra-se na percepção da ocorrência de três vertentes na institucionalização da disciplina. Ainda que não explicitado por Leme, estas vertentes estruturam-se a partir da circulação de agentes estrangeiros na cidade. Elege atuações consideradas exemplares nos diversos momentos, como as de Joseph-Antoine Bouvard e Victor Freire, entendidas como marcos iniciais do urbanismo em São Paulo, seguidos da presença de Donat-Alfred Agache e Le Corbusier tanto na cidade de São Paulo como no Rio de Janeiro participando de seminários e projetos de transformação urbana, e finalmente, por Joseph Le Bret na fundação do escritório SAGMACS com atuação destacada no planejamento urbano. Em fases consecutivas de uma evolução técnica, o urbanismo em construção para Leme vincula-se à necessária presença de profissionais especializados advindos de outros países, com predomínio da matriz francesa (LEME, 2000).

A partir destes apontamentos seria possível notar a recorrência de uma concepção da história como um processo evolutivo e um tratamento previamente determinado às categorias de cultura e “identidades nacionais”, dotadas de um caráter homogêneo e estável ao longo do tempo. Baseadas, de modo predominante, em centralidades e deslocamentos como constitutivos da produção da cultura e conhecimento, os debates em torno desses “melhoramentos” foram entendidos como responsáveis ora por inadequações ou descaracterizações na cidade ora, como “etapas” vencidas na “evolução” de um saber técnico



em questões urbanas, não obstante a importância destas análises para o conhecimento e debate sobre a institucionalização do urbanismo em São Paulo.

Tal como sugerido por Homi Bhabha, uma contribuição fundamental da perspectiva “pós-colonial” tem sido a reiteração da dimensão política constitutiva das narrativas sobre identidade e cultura, recorrentemente assumidas em caráter homogêneo<sup>19</sup>. Uma reflexão acerca das identidades e culturas presumidamente nacionais como construções arbitrárias ganha novos contornos pela lembrança da importância do poder das narrativas na formulação destas categorias, sempre políticas (BHABHA, 1998: 244).

A partir da crítica pós-colonial, Bhabha nos coloca a impossibilidade da legitimação da “ideia” de colonização. Aponta-a primordialmente como projeto, indicando possíveis contrapontos na forma de ambivalências e antagonismos presentes no interior de narrativas formuladoras de identidades e explicações totalizantes sobre as diversas sociedades que compõem o globo.

Em “O local da cultural” (1994) o autor explicita um afastamento da crítica pós-colonial com as recorrentes interpretações acerca das relações entre o “Terceiro” e o “Primeiro Mundo” como estruturas binárias e homogêneas em oposição advindas da “sociologia do subdesenvolvimento” ou da “teoria da dependência”. Para tanto, propõe “intervir” nestas narrativas que tentam arbitrar uma “normalidade hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 1994: 241-242).

A partir da percepção de uma concepção do tempo como horizontal e homogêneo como base para as narrativas sobre “culturas” e “identidades nacionais”, propõe uma complexificação à essa categoria. Uma vez que as narrativas estáveis pela fixação de um tempo contínuo deixam de perceber processos antagônicos de “identificação cultural” e “zonas de instabilidade oculta” da cultura, dos quais emergem “discursos de margem” e minorias. O tempo pós-colonial percebido como múltiplo e ao mesmo tempo disruptivo, capaz de provocar instabilidades nas temporalidades pré-fixadas, desvela um “movimento flutuante” na significação da cultura, aberto a constantes narrações.

---

<sup>19</sup> Para uma análise desta perspectiva, ver: CRISTOVÃO DOS SANTOS, Pedro Afonso; LIMA NICODEMO, Thiago; DE FARIA PEREIRA, Mateus Henrique. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. pp. 161-186, abr. 2017.



É através de uma “estratégia suplementar”, como afirma Homi Bhabha, que seria possível elaborar uma maneira de “interrogar” estas narrativas, atingindo seu poder de “produzir solidez sociológica” capaz de atribuir poder político às estruturas nacionais. Através dos antagonismos e ambivalências percebidos no “esquecimento” dos registros das minorias, ou das margens, a “estratégia suplementar” ao invés de propor uma operação de soma destes discursos nas narrativas hegemônicas, propõe interrogar o próprio objetivo de encontrar o passado como uma “anterioridade” legitimadora do poder político inscrito na ideia de nação.

Desse modo, as margens, como o ambivalente e o contraditório na narrativa nacionalizante, contestam as bases formadoras destes discursos homogêneos e estáveis, desvelando a impossibilidade de se constituírem em reivindicações de “prioridade histórica” e “supremacia cultural”. Evidenciando o “esquecimento” não como simples fator de memória histórica, mas, como parte de uma construção narrativa sobre a sociedade, Homi Bhabha propõe a lembrança suplementar das margens como estratégia de “renegociação” deste passado e suas narrativas, mais aberta às ambivalências e antagonismos presentes em toda e qualquer sociedade.

A partir desta ótica seria possível repensar as interpretações sobre as transformações urbanas e as propostas de “melhoramentos” não como produtos de “influências” e “importação”, “inadequados” ou “desviantes” dos “modelos” de uma matriz estrangeira, mas como partes de um mesmo processo de produção de cultura e conhecimento do mundo ocidental.

Desnudar os projetos políticos presentes nestes paradigmas de análise não compõe uma tarefa simples, porém se torna cada vez mais necessária se pretendemos, a partir do campo da história, acessar os jogos de poder presentes no interior das teorias fundadoras de discursos políticos de “supremacia cultural” e “prioridade histórica”. Discursos e jogos políticos também presentes em instrumentos técnicos e propostas de transformação das cidades, como pode-se notar nos debates das distintas propostas de “melhoramentos urbanos” para São Paulo no final do século XIX e início do século XX.

## BIBLIOGRAFIA



BARROS, Liliane Schrank Lehmann de; MOIZO, Rosana Pires Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo (1554-1954). São Paulo: **Rev. Arq. Mun. São Paulo: DPH**, v. 199, p. 11-44, 1991.

BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, ano XI, n. 34, 1991.

BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Trad. Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella M. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M.S.M. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade nos estudos urbanos. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 7, n. 1 [10], p. 10-62, dez. 2015.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares**. Trad. Marisa Barda; Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos; 295).

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa V. T.; CERASOLI, Josianne F. A cidade como história. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, jan./jun. 2009. Editora UFPR, p. 100-101.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2015. 7. ed. (Estudos; 67).

CRISTOVÃO DOS SANTOS, Pedro Afonso; LIMA NICODEMO, Thiago; DE FARIA PEREIRA, Mateus Henrique. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. pp. 161-186, abr. 2017.

LEME, Maria C. S. **Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional**. São Paulo, 2000. Tese (Livre Docência), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Trad. Marisa Barda; Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Debates; 306).

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. Org. Carlos Roberto Monteiro de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.